



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

CONCLUSÃO

Em 03/12/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0012862-03.2013.8.26.0566** (nº de ordem 1393/13)
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Alessandro Dias Miranda**
 Requerido: **Omni Sa Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Paulo César Scanavez**

Alessandro Dias Miranda move ação em face de **Omni S.A Crédito Financiamento e Investimento**, alegando terem celebrado CCB no valor de R\$ 9.134,57, utilizado na aquisição do veículo que foi dado em garantia fiduciária em favor da ré. O valor financiado seria pago em 48 parcelas fixas, mensais, no valor de R\$ 368,42, vencendo-se a primeira em 14.11.2010 e a última em 14.10.2014. A ré praticou abusos pois fixou os juros remuneratórios acima do limite legal, adotou o critério da capitalização mensal dos juros, a taxa de comissão permanência é abusiva e não poderá ser cumulada com outros encargos moratórios. Pede liminarmente seja compelida a ré a não incluir o nome do autor em bancos de dados, e que o veículo da garantia fiduciária se conserve na posse do autor, autorizando este a depositar o valor real da prestação pertinente, ou seja, precedida do expurgo do excesso. Pede a procedência da ação para confirmar as liminares e impor a revisão das referidas cláusulas abusivas, expurgando-as. Os encargos moratórios se concentraram apenas na taxa de comissão de permanência. A ré deverá ser condenada a pagar ao autor, em dobro, o excesso dos encargos cobrados, condenando-a ainda ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Documentos às fls. 29/67.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

A ré foi citada e contestou às fls. 51/71, dizendo que não praticou abusividade alguma. As obrigações foram livremente pactuadas e constam do contrato. O ordenamento jurídico dá plena sustentabilidade aos encargos remuneratórios e moratórios previsto no contrato. Improcede a ação. Documentos às fls. 74/75.

Réplica às fls. 77/78.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC, já que a prova é essencialmente documental e está nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide, e não traria absolutamente nada de útil para o acervo probatório.

As partes celebraram a Cédula de Crédito Bancário de fls. 31/34, em 14.10.2010. A taxa de juros remuneratórios ajustada foi de 3,10% ao mês, com capitalização mensal que no período anual foi prevista como sendo de 44,246%.

A taxa praticada não superou a média dos juros remuneratórios apurada pelo Bacen no mercado financeiro ao tempo da celebração da CCB. Quanto à capitalização mensal dos juros remuneratórios, tem previsão no inciso I, § 1º, do artigo 28, da Lei n. 10.931/04. Como houve expressa previsão contratual do critério mensal de capitalização, o STJ tem legitimado esse comportamento contratual da financeira, consoante os julgados seguintes: REsp 603.643, REsp 1.128.879, REsp 906.054, REsp 915.572, REsp 1.112.879.

Se o autor deixar de cumprir as obrigações contratuais, será dado à ré negativar seu nome em bancos de dados, assim como promover ação de reintegração de posse do veículo dado em garantia fiduciária, feita, evidentemente, a prévia notificação constitutiva da mora.

Caso o autor deixe de pagar à ré os valores contratuais, esta só poderá exigir dele a taxa de comissão de permanência segundo a média praticada no mercado financeiro, que não poderá ultrapassar a taxa prevista no contrato a título de juros remuneratórios. Significa que não poderão ser cumuladas com essa taxa da comissão de permanência, multa moratória, juros moratórios e outros encargos de natureza moratória.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para, em caso de inadimplemento contratual do autor, os encargos moratórios poderão ser exigidos apenas quanto à taxa de comissão de permanência pela média verificada pelo Bacen no mercado financeiro ao tempo do inadimplemento inicial, vedada a cumulação com multa e juros moratórios.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

IMPROCEDEM os demais pedidos formulados na inicial. O autor sucumbiu na maior porção de sua pretensão. Condeno-o a pagar à ré, 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa e custas do processo, verbas exigíveis apenas numa das situações previstas pelo artigo 12, da Lei 1060.

P.R.I.

São Carlos, 18 de dezembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**